



Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material

ISSN: 0101-4714

ISSN: 1982-0267

Museu Paulista, Universidade de São Paulo

SHEILA WALBE, ORNSTEIN

BH: do arraial à égide da modernidade utópica (in)completa

Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, vol. 31, e24, 2023

Museu Paulista, Universidade de São Paulo

DOI: <https://doi.org/10.11606/1982-02672023v31e24>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27375568020>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

UABM
[redalyc.org](https://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

BH: do arraial à égide da modernidade utópica (in)completa

BH: from camp to the aegis of (in)complete utopian modernity

<https://doi.org/10.11606/1982-02672023v31e24>

SHEILA WALBE ORNSTEIN¹

<https://orcid.org/0000-0002-5684-921X>

Universidade de São Paulo / São Paulo, SP, Brasil

Resenha do livro: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). *Arquitetura da modernidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. 284p., com apoio do IAB-MG e do CAU-MG, colorido. ISBN 978-85-423-0217-2.

O livro ora resenhado é a segunda edição da obra, que reúne uma coleção de capítulos com vistas à celebração do centenário da cidade de Belo Horizonte.² O seu organizador e o conjunto de autores descrevem e analisam criticamente a implementação de plano urbanístico higienista e de premissas modernas na cidade, ao final do século XIX até o final do século XX, incluindo as transformações estilísticas e a verticalização dos edifícios, acompanhadas pela industrialização. Neste contexto, o livro aborda de forma mais enfática a arquitetura moderna representada sobretudo pelos edifícios projetados por Niemeyer, mas sem esquecer de colocar em discussão ao final, a Belo Horizonte (BH) mais recente, com seus edifícios pós-modernos e periferias informais e autoconstruídas da cidade.

1. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora titular da Faculdade de Arquitetura (FAUUSP) e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 1B. E-mail: sheilawo@usp.br.

2. Também considerada pelo editor em texto anterior ao prefácio, uma “reedição”. A resenhadora, infelizmente, não teve acesso à primeira edição, porém conforme a nota do editor na segunda edição, nesta foi preservado na íntegra o conteúdo original, associado a um formato diferente e observadas algumas revisões ortográficas.

Alguns leitores já nesta breve introdução podem estar se perguntando sobre a razão do esforço e do gosto por resenhar um livro reeditado há seis anos. Trata-se aqui do resgate crítico e propositivo de um livro-texto relevante no campo da história da arquitetura, pois tem sido adotado por diversas escolas de arquitetura e urbanismo desde a sua primeira edição (1998). Num momento em que a leitura superficial impulsionada pela internet e pouco reflexiva muitas vezes ocupa o lugar dos livros impressos e do “*slow reading*”, relembrar a necessidade de persistir, de modo pedagógico, para que tais obras não caiam no esquecimento, pode ser uma pequena contribuição acadêmica nesta direção.

Os diversos autores do livro se utilizam de documentação historiográfica, plantas do arquivo público da cidade de BH, registros fotográficos, croquis e projetos do serviço de foto documentação da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), arquivos do Museu Abílio Barreto, registros fotográficos autorais e acervos fotográficos e decorrentes de distintos levantamentos de campo, objetos, distintas pesquisas, dentre outros, além de legislação urbanística e edilícia de BH. Este acervo documental e imagético é acompanhado, metodologicamente, de revisão bibliográfica relevante. O organizador e os demais autores do livro apresentam a cidade de BH cronologicamente, por períodos desde 1897 até 1997 e com base na fundamentação teórica decorrente da documentação aqui mencionada. Assim, os pesquisadores realizam uma análise crítica ampla sobre a evolução urbana e arquitetônica da cidade.

Arquitetura da modernidade foi primeiramente publicado em 1998 como parte das comemorações do centenário da cidade Belo Horizonte. O core da cidade, da forma como é conhecida hoje, é inaugurado em 1897 no chamado Arraial do Curral d’El-Rei, onde se situava um pequeno agrupamento de edificações coloniais e a notável Igreja da Boa Viagem. Assim é que a partir da planta geral de 1895, tem início e de forma inovadora, para a época, a BH tal como a reconhecemos hoje. Nesta direção, o núcleo urbano seguiu tendências internacionais que preconizavam um modernismo higienista constituído de uma malha ortogonal sobreposta à concepção de vias de largo gabarito na diagonal, em cujos cruzamentos configuravam-se amplas praças rotatórias. Nestas camadas de *grids* de um plano urbano moderno, já no final do século XIX se vislumbrava os limites entre o urbano e o suburbano (ou periferia) definidos pela Avenida do Contorno, a Avenida Afonso Pena e o parque municipal Américo René Gianetti, com inspirações vanguardistas e que caracterizam até hoje a BH contemporânea. Esta modernidade é passível de reconhecimento visual e físico ainda no século XXI, em que pese a extrapolação espontânea da mancha urbana ideal, racional e moderna preconizada há mais de um século atrás, para além dos limites da

Avenida do Contorno. É neste contexto urbano que persistiu, foi moldado e resistiu a BH dos séculos XX e do primeiro quartel do século XXI.

A obra organizada por Castriota, objeto dessa resenha, nos brinda com textos de diversos pesquisadores na escala da cidade e do desenvolvimento urbano, mas sobretudo sobre a arquitetura com premissas modernas. Também coloca em discussão preliminar aquela mais recente, a pós-moderna.³ É um trabalho seminal para entender em especial a arquitetura moderna nos anos 1930 e 1940 no Rio de Janeiro, simbolizada pelo edifício do Ministério da Educação e Saúde, de cujo projeto Oscar Niemeyer participou. Niemeyer traz então para BH as ideias dos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna) e lecorbusianas já colocadas em prática não só no edifício do Rio de Janeiro, mas também em um hotel em Ouro Preto, dentre outros. É assim que concebe, nos anos 1940, com o apoio político progressista do então prefeito Juscelino Kubitschek (JK), o conjunto da Pampulha, um complexo de lazer ao redor de um lago, constituído pelo late Tênis Clube, o Cassino (hoje Museu de Arte – MAP)⁴ a Casa de Baile e a magnífica capelinha, Igreja de São Francisco de Assis com azulejos de Portinari, além da residência de férias do próprio prefeito. Posteriormente, nos anos 1950, concebe na Praça da Liberdade, o edifício de apartamentos Niemeyer, com doze pavimentos e volumetrias em curvas. Pode-se dizer que em especial o conjunto da Pampulha, parte então do projeto político-administrativo do prefeito (JK), permitiu em seguida, a concretização do plano piloto de Brasília, materializado com o urbanismo de Lucio Costa e a arquitetura moderna de Oscar Niemeyer. Na verdade, BH cresceu, adensou e ampliou o plano geral original de 1895 numa ação visionária e futurista, cujo ápice pode ter sido as realizações de JK, transpostas em larga escala, na sequência, para Brasília.

Assim, para os estudiosos da arquitetura moderna no Brasil, suas origens e desdobramentos, ler e estudar *Arquitetura da modernidade* é beber das extensas referências bibliográficas que lá se encontram. Castriota conseguiu reunir de forma harmônica textos sobre BH desde o seu nascedouro até o período recente pós-moderno, de uma forma bem estruturada e consistente, demonstrando, inclusive, um modelo urbano e de cidade que, tal como ocorre com o plano piloto da capital federal, transborda em ocupações satélites, muitas vezes desordenadas, com ausência de saneamento básico, e com riscos geológicos. Quanto à habitabilidade, a população residente é aquela de baixa renda, num contraponto entre cidade formal e informal, deixando para as franjas periféricas os habitantes que não podem se beneficiar da cidade racional, distante e com a qualidade de vida idealizada no século XIX.

Pode-se enxergar, pelas lentes de Castriota e dos demais coautores, uma BH como um microespelho do desenvolvimento urbano parisiense, desde o século XIX, com a Belle Époque e seus boulevards haussmanianos. Trata-se de uma

3. Sobre uma análise e reflexão crítica das experiências pós-modernas na arquitetura mineira, observar o trabalho de Cremasco (2015).

4. Sobre os acervos do MAP e o patrimônio arquitetônico e cultural de BH recomenda-se também a leitura de texto de Gobira, Corrêa e Almeida (2019).

5. Sobre a evolução dos modos de morar contemporâneos e as transformações dos edifícios de apartamentos, os leitores poderão também ter acesso a pesquisas no Núcleo de Estudos de Habitares Interativos da USP (Nomads) e em Villa (2020).

6. O termo “perversa” aqui é utilizado devido ao futuro segregacionista do desenho urbano proposto, que acaba nas décadas seguintes por dividir área central e periferia e habitantes de renda baixa e elevada, situação que não se caracterizou como exclusiva do território mineiro mas, nota-se na maioria das regiões metropolitanas do Brasil.

7. Sobre os estilos arquitetônicos encontrados em diversas edificações de BH, desde os anos 1800 até os anos 2020, sugere-se a consulta ao site <http://www.arqbh.com.br/>, uma arquiografia contemplando fotos, descrições e localizações das edificações de relevância histórico patrimonial. A seleção das edificações pode ser feita por uso, estilo arquitetônico, período, arquiteto responsável e outros critérios.

tendência que, no Brasil, é replicada fora do eixo RJ–SP quando surgem os palacetes e, na sequência, os edifícios de apartamentos. O livro em questão pode servir de raiz da discussão, na teoria e na prática, da tripartição da moradia, a saber: íntimo, social e serviço. A divisão ganha seus contornos num período anterior ao da arquitetura moderna, mas nesta, e sobretudo a partir dos anos 1950, se consolida. Oferece, com muita clareza, exemplos de edifícios modernos que com seus pilotis se abrem para a cidade, e também traz reflexões sobre o período pós-moderno, da arquitetura fechada em si mesma como efeito da (in)segurança pública e, particularmente, da moradia como mercadoria e bem durável, conceitos absorvidos e colocado em prática por diversos agentes imobiliários com base na oportunidade (ou do oportunismo?) da lei do inquilinato.

Não há como entender os movimentos mais recentes do *Minha Casa Minha Vida*, do microapartamento paulistano e dos modos de morar e seus impactos no bem-estar coletivo, das famílias e dos indivíduos, sem resgatar as transformações urbanas e arquitetônicas de BH desde o século XIX.⁵

O livro, consistentemente documentado, inclui arcabouço legislativo que norteou o desenvolvimento urbano de BH, além de plantas, croquis e fotos, anteriormente citados, e é apresentado em sete capítulos, além do prefácio e do posfácio.

Na introdução, a obra é apresentada por seu organizador, Castriota. Anuncia-se que os autores seguintes dão forma a lógica urbana de certo modo perversa,⁶ do plano geral da cidade, a busca pela qualidade de vida e pela industrialização, os meios de transporte, além de demonstrar como BH acompanha os estilos arquitetônicos em voga na Europa, tais como o ecletismo, o *art nouveau*, o *art déco*, o moderno e o pós-moderno⁷ em contraposição às habitações autoconstruídas e precárias junto a córregos e declives e aclives, criando uma dialética com o mercado imobiliário, em franco crescimento econômico.

Segue o capítulo de autoria de Rodrigo Ferreira Andrade e de Beatriz de Almeida Magalhães intitulado “A formação da cidade”. Aqui, os autores evidenciam a necessidade de criação de uma capital de Minas Gerais, com a sua transferência de Ouro Preto para BH, já sob a égide da República, e que oferecesse as condições higiênicas para uma cidade – capital administrativa. Instala-se, desta feita, segundo os autores, a modernidade, num esforço de se distanciar do antigo arraial do qual resta apenas a Igreja Matriz de Boa Viagem. BH cresce de modo relevante entre os anos 1920 e 1945. Tem-se a industrialização em curso, o conjunto da Pampulha edificado, a especulação imposta pelo mercado imobiliário e um relevante crescimento populacional que se beneficiava do transporte coletivo e de massa representado pelo bonde, o ônibus e a rede ferroviária. A verticalização também já fazia parte deste

cenário, com destaque para as edificações na Avenida Afonso Pena e arredores. Nos anos 1970 surge o primeiro shopping center da cidade.

No terceiro capítulo, “A cidade republicana: BH, 1897/1930”, Celina Borges Lemos destaca a incorporação de alguns conceitos do Barão Haussmann, na primeira etapa da BH moderna, a chamada higienização social e urbana implementada em Paris e, ainda que tardiamente, de certo modo reproduzidas em BH a partir das ações de engenheiros sanitaristas como Aarão Reis – engenheiro e urbanista que tinha como prática as grandes e arborizadas avenidas, sempre associadas a ideias de modernização, do progresso e da saúde como novo paradigma.⁸ Neste período se podia observar o ecletismo em edificações públicas, como o teatro municipal, e em residências, o parque municipal de tendência inglesa romântica, além do *art nouveau* presente nos chalés, nos quais se introduziam elementos decorativos em ferro.

No quarto capítulo, Castriota e Luiz Mauro do Carmo Passos exploram, em maior profundidade, o chamado “estilo moderno” de BH dos anos 1930 e 1940, que já se impunha nas inúmeras edificações *art déco* e *art nouveau*, podendo ser visualizado em equipamentos culturais como os cinemas e teatros (Figura 1) e também em residências, temas esses também analisados nos capítulos anteriores embora sob outra ótica.

8. Sobre os desdobramentos dessas ideias urbanísticas iniciais, com destaque para as áreas verdes já num momento mais contemporâneo das ações voltadas ao planejamento urbano em BH, ver Costa, Monte-Mór e Costa (2020).



Figura 1 – Vista do Cine Brasil (1932), *art déco*, com românticos estilísticos modernos, incluindo arcos construtivos, com os seus oito pavimentos com estrutura em concreto armado, 2019. Foto: autor.

9. No caso da *butterfly roof*, o seu formato direciona as águas de chuvas necessariamente para uma parte mais central da edificação. Por se caracterizar por calha coletora única, o transbordamento de águas, por conta de chuvas intensas e de curto período – muito frequentes atualmente – tem maior probabilidade de propiciar infiltrações no interior da edificação.

Os autores, neste capítulo, dão ênfase ainda às edificações residenciais e de escritórios de grande porte que marcam de modo claro e elegante os encontros viários importantes, com suas linhas puristas, racionais, e os volumes equilibrados verificados em várias edificações verticalizadas, vinculadas à transformação da cidade como polo de serviços e cultural, com o erguimento de teatro, clube esportivo e hospital. Todos os elementos edificadas, segundo os autores, eram prenúncios da modernidade arquitetônica plena que estava por vir, na sequência.

No quinto capítulo, Renato César José de Souza destaca a arquitetura de BH nas décadas de 1940 e 1950. Descreve e demonstra a arquitetura de BH nos anos de 1940 e 1950 com documentação fotográfica e croquis de Niemeyer, delineando, assim, a materialização da utopia da modernidade defendida por JK. Neste capítulo é apresentado em detalhes o conjunto da Pampulha, o uso do concreto armado, a proximidade com a água e algumas “ousadas” construtivas e estéticas para a época, como as coberturas ou *butterfly roofs* não simétricas do late Clube e da residência de veraneio de JK (Figura 2), em que pese a hoje reconhecida dificuldade de coleta de águas pluviais por calha e coletores centrais, no caso de coberturas com este perfil.⁹



Figura 2 – Vista da Residência de veraneio do então prefeito de BH, JK, junto ao lago da Pampulha. Projeto de Niemeyer com a sua inusitada cobertura assimétrica no formato de borboleta, também aplicada no Cassino, hoje Museu de Arte da Pampulha, 2019. Foto: autor.

A capela de São Francisco de Assis, com as suas coberturas e vedações em cascas estruturais (abóbodas parabólicas), por sua vez, causou certo estranhamento aos mineiros (e até à própria igreja), mais afeitos aos elementos religiosos decorativos de tendência barroca. Neste capítulo o autor ainda aborda as transformações da Praça da Liberdade, que recebeu nos anos 1950 o edifício de apartamentos projeto de Niemeyer, cujos elementos em curva podem ter servido de inspiração para o edifício COPAN construído na cidade de São Paulo¹⁰ (Figuras 3a, 3b, 3c, 4a, 4b e 4c).

10. Sobre o COPAN, marco do centro de São Paulo, também projeto de Niemeyer com a colaboração do arquiteto Carlos Lemos, o artigo de Bonfim e Oliveira (2020) contribui para o entendimento sobre os procedimentos e as especificações técnicas para a restauração e a conservação das fachadas revestidas com pastilhas cerâmicas.



Figuras 3a, 3b e 3c – Vistas da capela de São Francisco de Assis, após recentes trabalhos de preservação. Da esquerda para a direita: acesso principal incluindo os *brise-soleils* superiores e a torre do sino; fachada posterior com azulejaria de Portinari e vista interior, 2019. Fotos: autor.



Figuras 4a, 4b e 4c – Vistas do edifício de apartamentos Niemeyer: (a) no contexto da praça da liberdade; (b) vista frontal do edifício – ondulações que lembram o COPAN – SP; e (c) detalhe do piso térreo – livre, com o uso de pilotis, 2019. Fotos: autor.

O autor desse capítulo também realiza uma análise especial e pertinente sobre o papel dos arquitetos mineiros e, sobretudo, o pioneirismo da Escola de Arquitetura da UFMG, projetada e construída por Shakespeare Gomes nos anos 1940. Nesta direção, apresenta alguns registros fotográficos do edifício desta escola integrantes do seu acervo iconográfico. Relembra o autor, de forma assertiva, que os arquitetos mineiros, sobretudo nos anos 1950 e 1960 (talvez influenciados pela arquitetura de Niemeyer) deram maior importância ao edifício e suas relações

11. Ver a título de exemplificação, Castriota e Araújo (2009). Certamente os estudos sobre a historiografia da arquitetura moderna no Brasil e a ideologia política à época do ápice dessas proposições arquitetônicas e urbanísticas – primeira metade do século XX até os anos 1960 – não são exclusividade dos trabalhos de Castriota. Ver Chaves e Tostões (2023).

próximas com o desenho urbano e menos ao planejamento urbano e ao urbanismo. Menciona-se ainda, nessa análise, o papel de Sylvio Vasconcellos não só como projetista, mas como excepcional teórico da arquitetura moderna.

Os últimos dois capítulos, antes do posfácio, abrem espaço a uma apresentação da verticalização mais recente da cidade, particularmente nas décadas de 1980 e 1990. No sexto capítulo, de autoria de Carlos Antônio Leite Brandão, destacam-se as edificações administrativas, os shopping centers, as edificações comerciais e voltadas aos serviços de um modo geral. Já no último capítulo, Heloísa Soares de Moura Costa e Maria Elisa Batista abordam de forma muito pertinente a “arquitetura silenciosa”, aquela “extramuros” ou para além da Av. do Contorno onde abundam as autoconstruções, mas também alguns projetos de reurbanização de favelas.

O livro *Arquitetura da modernidade* apresenta diversas qualidades. Uma delas é aliar conhecimentos sobre BH, esta cidade que é patrimônio urbanístico e arquitetônico brasileiro reconhecido internacionalmente, com riqueza de detalhes e didatismo historiográficos e documental. Por esta razão, a sua leitura é importante não só para os pesquisadores da arquitetura moderna de BH *per se*, mas também da arquitetura moderna no Brasil e suas meritórias demandas preservacionistas. Neste sentido é uma obra a não ser esquecida.

Merece uma futura terceira edição, incluindo documentação detalhada sobre a arquitetura mais representativa de BH no século XXI, com destaque para o uso do aço, por exemplo, cujos projetistas recentes (novas gerações) possam estar exemplificados assim como edificações decorrentes de políticas públicas (habitação social, por exemplo). A ampliação da discussão urbanística e de plano diretor, também poderiam fazer parte desta possível edição, na qual, formalmente, sugere-se a inclusão das biografias desse conjunto relevante de autores.

Destaca-se de modo complementar que Castriota, tanto em seus textos e artigos produzidos no mesmo período desta obra quanto nos publicados mais recentemente, sempre demonstrou plena consciência de que o movimento moderno no Brasil e a historiografia decorrente estão atrelados não só às formas de implementação de políticas de preservação do patrimônio cultural, mas também ao ideário ampliado da nação industrializada. Ou seja, um certo reconhecimento de que a ideologia política estaria imbricada com os modos de enfrentamento dos desafios do próprio patrimônio cultural e nacional, situação esta que lançou desafios para a preservação (ou não) do patrimônio cultural brasileiro – sedimentando boas práticas, mas também cometendo alguns equívocos.¹¹

Arquitetura da modernidade indica a urgência de sua continuidade – na perspectiva resiliente da abordagem sobre a importância da preservação de suas

edificações significantes e da malha original do plano da capital mineira – sem perder de vista as exigências de mobilidade e de acessibilidade de um desenho urbano contemporâneo que abarque autocríticas atuais e prospectivas. Por outro lado, a obra remete o leitor à ideia de uma modernidade partida ou incompleta, implícita nos desígnios de uma cidade planejada e utópica, mas que abraçou, involuntária e rapidamente, os percalços de quaisquer cidades espontâneas do país, moldadas por topografias sinuosas e inúmeros cursos d'água desprotegidos ou canalizados, frutos da pouca previsibilidade das mudanças climáticas¹² nas políticas públicas voltadas a gestão de riscos.

12. A grid urbana ortogonal e de geometria bem definida possivelmente foi resultante de cortes e aterros significativos em região brasileira, muito distante de planícies tais como no caso da cidade de Nova Iorque, EUA (a ilha de Manhattan) ou mesmo do plano piloto de Brasília. O modelo utópico de urbanismo, sem considerar em profundidade o relevo local e suas curvas de nível, associado à canalização subterrânea de cursos d'água, pode ter colaborado mesmo que parcialmente com o impacto ambiental negativo para a cidade em geral e seu patrimônio edificado e histórico, sobretudo com as enchentes, que BH vem sofrendo na contemporaneidade. Sobre este tópico, ver Silva e Ornstein (2022).

REFERÊNCIAS

LIVROS, ARTIGOS E TESES

BONFIM, Valéria Aparecida Costa; OLIVEIRA, Fabiana Lopes de. A conservação da arquitetura moderna: as fachadas do Edifício Copan. *PosFAUUSP*, São Paulo, v. 27, n. 50, e162808, 2020. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.posfau.2020.162808

CASTRIOTA, Leonardo Barci.; ARAÚJO, Guilherme Maciel. Patrimônio, valores e historiografia: a preservação do conjunto habitacional do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários – Iapi. *Arquitetura Revista*, São Leopoldo, v. 1, n. 5, p. 38-54, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3Pef1Nh>. Acesso em: 7 set. 2023. DOI: 10.4013/arq.2009.51.04

CHAVES, Carolina; TOSTÕES, Ana. The Modern Movement and the Brazilian cultural tide. *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, v. 19, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3PyPSOL>. Acesso em: 7 set. 2023. DOI: 10.48751/CAM-2023-19198

COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo; COSTA, Geraldo Magela. The Green and Blue Trame, matriz da renovação do planejamento metropolitano no Brasil: reflexões a partir da experiência de Belo Horizonte. *Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo*, São Paulo, v. 18, p. 119-137, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3PwxYfs>. Acesso em: 7 set. 2023. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v18i2p119-137

CREMASCO, Matteo Santi. Origens do movimento pós-moderno em Minas Gerais. *PosFAUUSP*, São Paulo, v. 21, n. 36, p. 70-83, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3LjDSOD>. Acesso em: 7 set. 2023. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v21i36p70-83

GOBIRA, Pablo; CORRÊA, Fernanda; ALMEIDA, Karla Danitza de. Acervos museológicos e a cidade: pensando o acesso ao patrimônio artístico e cultural. *Revista CPC*, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 267-286, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3LlmaKB>. Acesso em: 7 set. 2023. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v14i27p267-286

SILVA, Marcus Vinicius Rosário da; ORNSTEIN, Sheila Walbe. Climate change and resilience perspectives. Brazilian Museums and their challenges. *Museum Worlds*, Brooklyn, v. 10, p. 48-60, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/466imVz>. Acesso em: 7 set. 2023. DOI: 10.3167/armw.2022.100105

VILLA, Simone Barbosa. *Morar em apartamento*. São Paulo: Oficina de Textos, 2020.

SITES

NOMADS. Núcleo de Estudos de Habitares Interativos da USP, São Paulo, [2017?]. Disponível em <https://bit.ly/45HwwfY>. Acesso em 11 jul. 2023.

Artigo apresentado em: 11/01/2023. Aprovado em: 21/08/2023.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License